



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	0008301/2022
Data do Início	22/06/2022
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 8301/2022, Pregão Presencial 20/2022

OBJETO: Registro de Preços para a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços gráficos visa a confecção de material gráfico (produção gráfica, impressão e acabamento) por demanda, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Maricá, conforme condições e especificações contidas neste instrumento.

À Secretaria de Comunicação,

A empresa **GRAFICA CS EIRELI - EPP**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante pleiteia:

- Alega irregularidade na distribuição por lote;

III – DO MÉRITO

Em atenção à peça impugnatória em tela, o primeiro ponto a ser defendido é que na divisão por lote não existe, em princípio, irregularidade, desde que a Administração, justifique de forma fundamentada, no respectivo processo administrativo, a vantagem dessa opção. Quando analisamos os lotes apresentados, ao que tudo indica, temos similaridade dos objetos participantes dos lotes.

É dever salientar que toda a estrutura da contratação segue o disposto no termo de referência e que o mesmo passa por diversas etapas até a divulgação do instrumento convocatório, incluindo a análise de legalidade.

Ponto oportuno para o debate é deixar claro que, para a definição do lote, a Administração deve agir com cautela, razoabilidade e proporcionalidade para identificar os itens que o integrarão, uma vez que os itens agrupados devem guardar compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

Segundo ensina o ilustre Justen Filho:

“a obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. (...) a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento”.

Passadas as considerações iniciais sobre o tema, uma vez que a definição do objeto a ser contratado, assim como as especificações que compõem toda a contratação são de caráter exclusivo da secretaria requisitante, esta especializada não detém de conhecimento técnico para debater de forma mais aprofundada sobre o tema.

IV – DA CONCLUSÃO

Esta especializada decide **conhecer a IMPUGNAÇÃO**, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta especializada, solicitamos a análise da Secretaria Requisitante, assim como da Procuradoria Geral e que, caso entendam necessário, tome as medidas necessárias, visando o sucesso do certame.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Diante do exposto, submetemos à Secretaria Requisitante e, em seguida, à Douta Procuradoria Geral do Município para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 23/06/2022

GUSTAVO SANTANA
MAT. 111.410

MARIA TRAVASSOS
MAT.111.813

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS